

Planalto quer ação coordenada dos assessores

ARY RIBEIRO

BRASILIA — Um elemento de ligação entre o Ministério e os parlamentares. Assim o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Economia, João Paulo Peixoto, define a função dos funcionários que a Presidência da República, suas Secretarias, os Ministérios e outros setores do Poder Executivo mantêm permanentemente no Congresso Nacional: o assessor parlamentar. Essa semana, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, manifestou a auxiliares de confiança o desejo de melhorar o trabalho desses funcionários, que têm atuado sem nenhum tipo de coordenação.

“O diálogo, a compreensão, o respeito a posições e a interesses divergentes”, segundo o assessor do Ministério da Economia, “devem ser um marco permanente na condução do relacionamento do Ministério com o Congresso”. E completou dizendo que “o voto contrário de hoje pode ser o voto favorável de amanhã.”

Peixoto observa, porém, que o mais eficiente instrumento de aproximação é o próprio ministro. “Nada será mais eficaz do que a credibilidade do ministro junto aos parlamentares.” Peixoto é um dos 28 assessores do Executivo credenciados pela 1ª Secretaria da Câmara, para atuar no Congresso. Há um para cada ministério ou setor do governo, com exceção dos Ministérios da Educação, da Previdência e da Saúde, que têm dois. Eles não são funcionários do Congresso, mas cargos de confiança convidados pelos ministros, da mesma forma como convidam, por exemplo, seus assessores de imprensa.

O número real de assessores parlamentares é grande. Somente no gabinete que a Câmara cedeu ao Ministério da Economia — num dos corredores onde funcionam as comissões — trabalham seis pessoas. Cada ministério tem seu próprio espaço, num dos prédios da Câmara ou do Senado. É de onde acompanham as atividades nas duas Casas. A Presidência da República tem uma sala na Câmara e utiliza também parte do gabinete destinado ao Vice-Presidente Itamar Franco, nas proximidades do plenário do Senado.

Os assessores acompanham todos os assuntos de interesse de seus ministérios, órgãos ou instituições, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Procuram acelerar, por exemplo, a tramitação de determinados projetos. Em troca, ajudam a resolver questões de interesse dos deputados e senadores. Não têm força política, porém, para pedir votos em questões de interesse geral do governo.

Considera-se, no Congresso, que o trabalho mais eficiente é das assessorias dos ministérios militares. Não é à toa que o cargo, em nível de coronel, é tido como ponte para o generalato. O ex-ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas almirante Walber Lisseux, chefiou a Assessoria Parlamentar da Marinha. O atual diretor do Centro de Comunicação Social do Exército, general Gilberto Serra, também saiu da assessoria para o generalato.

O Itamaraty designa diplomatas de alto nível. Passaram pelo Congresso, nos últimos anos, os embaixadores Rubens Barbosa, Carlos Alberto Leite Barbosa, Afonso de Ouro Preto e Sinésio Sampaio Góes, que hoje chefia o gabinete do novo chanceler.